

O MENINO JESUS DOS ATRIBULADOS

Uma devoção feminina na Lisboa
do reinado de D. João VI (1816-1826)

João Miguel Simões



SANTA CASA
Misericórdia de Lisboa

O MENINO JESUS DOS ATRIBULADOS

Uma devoção feminina
na Lisboa do reinado
de D. João VI
(1816-1826)

Título

O Menino Jesus dos Atribulados: uma devoção feminina na Lisboa do reinado de D. João VI (1816-1826)

Autor

João Miguel Simões

Edição

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa
Direção da Cultura | Centro Editorial

Coordenação geral

Teresa Nicolau
Teresa Morna

Coordenação editorial

Samuel Esteves

Fotografia e Imagem

Arquivo Distrital do Porto: (fig. 55)

Arquivo Histórico Militar: (figs. 2 e 3)

Biblioteca Nacional de Portugal: (figs. 1, 11, 14, 15, 17, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 41, 42, 43, 45, 56, 57, 58 e 59)

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: (figs. 4, 10 e 49)

Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas / Arquivo Nacional da Torre do Tombo: (fig. 22)

Instituto Hidrográfico: (fig. 19)

Museu de Aveiro: (fig. 48)

Museu de Lisboa: (figs. 7 e 9)

Museu do Dinheiro: (fig. 13)

Museu dos Biscainhos: (fig. 35)

Museo Nacional del Romanticismo: (fig. 12)

Museus e Monumentos de Portugal, I.P. / Arquivo e Documentação Fotográfica:
Alexandra Pessoa (figs. 46 e 47)

Parques de Sintra / Montes da Lua: (fig. 16)

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa / Arquivo Histórico: (figs. 50, 51, 53 e 54)

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa | Núcleo de Multimédia

João Carlos Oliveira (figs. 18, 40 e 52)

Margarida Carriço (fig. 20)

Sociedade Martins Sarmento: (figs. 5, 6, 8, 26 e 44)

Design e Paginação

Santa Casa da Misericórdia Lisboa | Direção de Comunicação
Núcleo de Design | Hugo Andrade

Revisão

João Miguel Simões

Maria João Ferreira

Impressão e Acabamento

Onda Grafe - Artes Gráficas, Ida

Depósito Legal

0000000000

ISBN

978-989-9151-95-6

Tiragem

200 exemplares

Agradecimentos:

Arquivo Distrital do Porto

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Biblioteca Nacional de Portugal

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Brasil

Carla Antas de Almeida

Igreja italiana de Nossa Senhora do Loreto / Comunidade Italiana em Lisboa

Instituto Hidrográfico

João Carlos Oliveira

Joaquim Lopes

José Testas

Luís Milício

Maria do Carmo Lino

Maria João Ferreira

Museo Nacional del Romanticismo, Madrid, Espanha

Museu de Aveiro

Museu de Lisboa

Museu do Dinheiro

Museu Grão Vasco

Parques de Sintra / Montes da Lua

Sílvia Salvado

Sílvia Pereira

Sociedade Martins Sarmento

1.ª Edição

Março de 2026

Apresentação

No âmbito do centenário do falecimento de **D. João VI** (1826–2026), a Direção da Cultura apresenta o estudo expositivo ***Menino Jesus dos Atribuídos: uma devoção feminina na Lisboa de D. João VI***, patente ao público, no Museu São Roque, na Sala do Brasão.

Esta iniciativa inscreve-se na estratégia cultural da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, que reconhece a arte e a cultura como dimensões essenciais da sua missão histórica, ética e social. Ao longo de mais de cinco séculos, a Santa Casa tem afirmado um compromisso contínuo com a preservação do património, a produção de conhecimento e a promoção de valores humanistas, entendendo a cultura como um instrumento fundamental de coesão social, memória coletiva e reflexão crítica sobre o passado e o presente.

Partindo de uma pequena escultura do acervo do Museu de São Roque — representação do Menino Jesus abraçado à cruz — esta iniciativa dá visibilidade a uma devoção específica surgida na Lisboa do início do século XIX, profundamente ligada a práticas femininas de cuidado, solidariedade e assistência em contextos de vulnerabilidade social, doença e orfandade. A exposição propõe, assim, uma leitura que ultrapassa a dimensão estritamente devocional, convocando a história da arte, a história social e a história das instituições para compreender como a espiritualidade se articulava com formas concretas de resposta ao sofrimento humano.

A peça central desta exposição integra o acervo do Museu de São Roque por via de um gesto de benemerência que importa sublinhar. Conservada no seio de uma família ao longo de várias gerações, foi doada à Santa Casa com a clara intenção de ser partilhada publicamente, por se reconhecer nela um valor que ultrapassa a esfera privada. Este ato reflete uma ética patrimonial que atravessa a história da SCML, fundada na ideia de que a cultura ganha pleno sentido quando se torna acessível, compreendida e cuidada coletivamente.

Através de um discurso museológico, esta mostra evidencia como determinadas imagens religiosas funcionaram como dispositivos simbólicos de resiliência, aceitação e esperança, num período marcado por instabilidade política e profundas transformações sociais. Neste sentido, o Meni-

no Jesus dos Atribulados surge como objeto artístico e patrimonial e testemunho de uma ética do cuidado e da responsabilidade coletiva, valores que permanecem estruturantes na ação contemporânea da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

A investigação resulta de um trabalho científico, desenvolvido no âmbito da história da arte, que permitiu identificar e contextualizar esta devoção no quadro mais amplo da Lisboa joanina, bem como compreender a sua rápida disseminação através de gravuras e objetos de piedade. A Misericórdia de Lisboa reconhece o contributo do historiador João Miguel Simões, cuja investigação foi determinante para o aprofundamento do conhecimento sobre esta expressão singular da religiosidade urbana.

A Santa Casa da Misericórdia de Lisboa reafirma o papel da cultura como um eixo estratégico, articulando património, investigação e mediação cultural de forma coerente com os restantes conteúdos e materiais editoriais do centenário. A abordagem integrada reforça uma visão da política cultural assente na responsabilidade pública, no rigor científico e na acessibilidade do conhecimento, colocando o património ao serviço da comunidade e da reflexão contemporânea.

Que esta iniciativa contribua para uma melhor compreensão da história da Santa Casa e da cidade de Lisboa, reafirmando a arte e a cultura como territórios fundamentais de memória, ética e ação social.

Paulo Sousa

O Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Nota de abertura

A presente exposição nasce de um gesto aparentemente lateral de investigação, mas revelador na sua profundidade: uma pista identificada no decurso da redação do livro dedicado às mulheres da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de autoria do nosso colega e historiador, João Miguel Simões. Esse trabalho permitiu reconhecer, em fragmentos documentais e narrativas dispersas, a persistência de práticas femininas de devoção, cuidado e assistência que atravessam a história da instituição e da cidade. Foi nesse cruzamento entre investigação histórica, património e memória institucional que emergiu o Menino Jesus dos Atribulados como objeto de estudo e de reflexão.

A escultura que constitui o núcleo desta iniciativa integra o acervo do Museu de São Roque por via de um gesto de benemerência particularmente significativo. Doada por uma família que a preservou ao longo de gerações, a peça foi entregue à Santa Casa com a convicção de que o seu valor artístico, simbólico e histórico só se cumpriria através da exposição pública e do conhecimento partilhado. Este ato traduz de forma exemplar uma ética patrimonial que atravessa a história da SCML: a compreensão de que alguns objetos, pela sua relevância cultural, devem transitar do âmbito privado para o domínio público, tornando-se património coletivo.

A história da Misericórdia de Lisboa demonstra que esta consciência do valor cultural não é recente, nem circunstancial. Em contextos particularmente adversos, como os “tempos atribulados” das Invasões Francesas, em 1807, o património artístico da instituição esteve ameaçado. O Tesouro da Capela de São João Baptista foi então confiscado e enviado para a Casa da Moeda, com vista à sua eventual fundição. Ainda assim, e apesar de algumas perdas irreversíveis, uma parte substancial desse conjunto sobreviveu, provavelmente porque já à época se reconhecia o seu carácter excecional e insubstituível, como a historiografia viria a documentar no início do século XX. Este episódio revela uma constante histórica pois mesmo em momentos de crise, a cultura foi entendida como valor a proteger.

A Direção da Cultura da Santa Casa trabalha de forma colaborativa, com a nossa equipa técnica e científica profundamente comprometida com a melhoria contínua das práticas culturais, sempre disponível para fazer mais e melhor, consciente da responsabilidade que lhe é confiada. Este esforço

coletivo traduz-se numa abordagem que alia rigor, cuidado patrimonial e sentido de serviço público na comunidade.

Estes episódios históricos ajudam a compreender que, para a Santa Casa, a cultura nunca foi um fim em si mesma, mas um meio ao serviço de uma missão maior. Desde a sua fundação, sob o impulso da Rainha D. Leonor, a ação da instituição orienta-se pelas Catorze Obras de Misericórdia, que colocam o cuidado das pessoas no centro de todas as suas dimensões de atuação. A cultura, o património e a investigação científica integram-se neste Compromisso, enquanto formas de cuidar da memória e da dignidade comuns.

É essa convicção que orienta o nosso trabalho, na certeza de que preservar, estudar e partilhar a arte e cultura é também uma forma de exercer misericórdia.

Teresa Nicolau

Diretora da Cultura da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

ÍNDICE

Tempos atribulados: a primeira metade do século XIX em Portugal (1807-1851)	10
O Menino Jesus dos Atribulados: uma devoção feminina na Lisboa do reinado de D. João VI (1816-1826)	26
Fontes e bibliografia	70

**TEMPOS ATRIBULADOS:
A PRIMEIRA METADE
DO SÉCULO XIX
EM PORTUGAL
(1807-1851)**

TEMPOS ATRIBULADOS: A PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX EM PORTUGAL (1807-1851)

A primeira metade do século XIX em Portugal foi, talvez, o período mais instável na sua história. É certo que houve outros períodos semelhantes, de crises e revoluções, mas estes foram circunscritos e acabaram por se resolver a curto prazo. O período que nos ocupa foi, porém, bastante longo e de tal forma divergente nas suas conjunturas e preocupações, que é frequentemente dividido pela historiografia¹ em capítulos estanques, como se estivessem desligados entre si. Porém, quem, como o duque de Saldanha (1790-1876), nasceu por volta de 1790, presenciou todos estes factos, das invasões francesas à Regeneração, e isso condicionou, certamente, a sua perceção dos tempos em que viveu.

Após séculos de Absolutismo, regime que assentava na continuidade das alegadas tradições medievais e até romanas, entrou-se numa espiral de revoluções que pretendiam implantar uma nova sociedade, com novas leis e instituições. Naturalmente, para a generalidade das pessoas, desligadas destes movimentos ideológicos e sem saber o que o futuro lhes reservava, este período de instabilidade deve ter-se revestido de fortes angústias, responsáveis pelo retorno a uma devoção religiosa de cariz popular.

Vejamos, de modo sucinto, como se desenrolaram os acontecimentos que a geração do Duque de Saldanha presenciou. O século XIX iniciara com a regência do príncipe D. João (1767-1826), pela incapacidade da rainha D. Maria I (1734-1816), sob um regime absolutista que vigorava há séculos, embora com um pendor mais reformista. Na raia, Portugal havia perdido a Guerra das Laranjas (1801) que motivara a perda, pela primeira vez, de uma parcela territorial. Mas, pela ausência ainda de sentimento nacional, a perda de Olivença não se revestiu de qualquer dramatismo e passou despercebida à generalidade dos portugueses, inclusivamente dos próprios oliventinos. Mais traumática foi, sem dúvida, a primeira invasão francesa (1807) com a ocupação de Lisboa e a família real a fugir para o Brasil (**fig. 1**), juntamente com boa parte da aristocracia. Era o Duque de Saldanha, nesta época, um jovem comandante militar. Durante quase um ano, os franceses governaram o país, tendo procedido ao confisco dos tesouros das igrejas

¹ A bibliografia para este período é necessariamente vasta. Vejam-se as sínteses em SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. 7 e 8, 1984-1988. MATOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, 1993. MEDINA, João, *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. 8, 1998. SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H., *Nova História de Portugal*, vol. 9, 2002.

e ao plano de divisão do reino em três parcelas. A população começou a revoltar-se, primeiro no Norte e, por fim, no dia do Corpo de Deus de 1808, em Lisboa, levando à fuga dos ocupantes (**fig. 2**). Mas Portugal não descansou. Poucos meses depois, no início de 1809, dá-se a segunda invasão pelo Norte e ocorre o desastre da Ponte das Barcas, no Porto, em que milhares de pessoas morrem afogadas, provocando uma grande comoção nacional. Os franceses foram repelidos mas, em 1810, fizeram uma terceira tentativa de conquista de Lisboa sendo derrotados, por fim, pelo exército anglo-luso na batalha do Buçaco (**fig. 3**) e detidos pelas Linhas de Torres. Retiram-se em abril de 1811.

Até à restauração dos Bourbons em Espanha, em dezembro de 1813, Portugal viveu uma perspectiva de nova invasão. Só com a derrota de Napoleão em 1814 (definitiva em 1815), Portugal pôde respirar de alívio, mas permaneceu sob governo militar inglês.



Fig. 1 - S.A.R. o Príncipe Regente de Portugal e toda a família real embarcando para o Brasil no Cais de Belém, Henri L'Eveque (1769-1832), gravura sobre papel, c. 1813, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 265 A.



Fig. 2 - Vista da praça do Rossio onde representa a desordem e terror dos franceses no dia de Corpo de Deus em 1808, gravura sobre papel, Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/FE/010/A07/MD/04



Fig. 3 - Batalha do Buçaco, W. Heath, gravura sobre papel, 1815, Arquivo Histórico Militar, PT/AHM/FE/010/A07/MD/12

Lá longe, no Brasil, a corte acomodava-se longe destes conflitos. A rainha faleceu em 1816 e o príncipe regente seria aclamado rei. A cerimônia deveria realizar-se em Lisboa, restaurando-se assim a capital nacional e a normalização da monarquia, mas essa não foi a opção tomada. D. João VI foi aclamado no Rio de Janeiro a 6 de fevereiro de 1818 (**fig. 4**), perspectivando-se que a corte se instalara definitivamente no Brasil. Gera-se em Portugal um ambiente de insatisfação: o reino sente-se uma colônia, dominado pelos ingleses que controlam a Regência. Em 24 de agosto de 1820, eclode uma revolução liberal no Porto (**fig. 5**) e forma-se a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino. Lisboa adere a 15 de setembro, através de uma revolta popular (**fig. 6**), e os revolucionários entram na capital em cortejo público a 1 de outubro (**fig. 7**).



Fig. 4 - Cerimônia da faustíssima Aclamação de Sua Majestade o Senhor D. João VI, rei do Reino Unido de Portugal e do Brasil e Algarves, celebrada no Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1818, Jean-Baptista Debret (1768-1848), gravura a água forte, c. 1820, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia, inv. 408460



Fig. 5 - Facto do dia 24 de agosto de 1820, Arcângelo de Dominis, A. M. Fonseca, Constantino de Fontes (1777-1838), gravura a buril, Sociedade Martins Sarmento, inv. 1912



Fig. 6 - Facto do dia 15 de setembro de 1820, Arcângelo de Dominis, A. M. Fonseca, Constantino de Fontes (1777-1838), gravura a buril, Sociedade Martins Sarmento, inv. 1909



Fig. 7 - A Faustíssima e Memorável Reunião dos Ilustríssimos e Excelentíssimos membros da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e Regência Interina de Lisboa no palácio da Regência na praça do Rossio de Lisboa, Antônio Cândido Cordeiro Pinheiro Furtado, litografia sobre papel, 1820, Museu de Lisboa, inv. GRA 1357

A 26 de janeiro de 1821, são abertas as cortes constituintes (**fig. 8**). D. João VI não teve outra opção senão aderir e regressar a Lisboa, tendo desembarcado a 4 de julho (**fig. 9**). O príncipe herdeiro, D. Pedro (1798-1834), desobedeceu e ficou no Brasil. Pouco depois, a 7 de setembro de 1822, proclamou a independência, coroando-se imperador constitucional em 12 de outubro (**fig. 10**). Portugal perdia, assim, o Brasil.

Em Lisboa, a 23 de setembro aprovou-se a primeira constituição. A situação revestia-se de alguma complexidade: o príncipe herdeiro havia-se tornado soberano de outro país, sendo considerado por alguns como um traidor. O segundo na linha de sucessão, o infante D. Miguel (1802-1866), tornou-se, assim, uma opção na sucessão mas este, apoiado por sua mãe, D. Carlota Joaquina (1775-1830), é absolutista e tradicionalista. Surgem apoiantes de D. Miguel, sendo, conseqüentemente, contrários ao liberalismo. O infante encabeçou então um golpe militar em maio de 1823, a Vilafrancada, que restaurou o regime absolutista, dissolveu as cortes e anulou a constituição de 1822, sendo nomeado por D. João VI generalíssimo do exército português.



Fig. 8 - Facto do dia 26 de janeiro de 1822, Arcângelo de Dominis, A. M. Fonseca, Constantino de Fontes (1777-1838), gravura a buril, Sociedade Martins Sarmento, inv. 1910



Fig. 9 - Desembarque d'El Rei Dom João VI, Constantino de Fontes (1777-c. 1838), gravura sobre papel, c. 1821, Museu de Lisboa, inv. GRA 1350



Fig. 10 - Aclamação de Sua Majestade o Senhor D. Pedro I imperador Constitucional do Brasil no dia 12 de outubro de 1822, Felix Emile Taunay (1795-1881), água forte aguarelada, Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia, inv. 408461

Um ano depois, em abril de 1824, D. Miguel faz nova tentativa de golpe, a Abrilada, desta vez com pendor ultra-reacionário, com vista ao afastamento de diversas figuras conotadas com o liberalismo e à deposição do próprio rei. O golpe corre mal. D. Miguel é destituído dos seus cargos e é obrigado a exilar-se no estrangeiro. Os seus apoiantes foram presos e os liberais libertados. Em agosto de 1825, Portugal reconheceu a independência do Brasil, mas em março do ano seguinte, D. João VI morreu, precipitando uma crise sucessória: o príncipe herdeiro era soberano de outro país; o segundo na linha era absolutista e estava exilado.

A solução passou por D. Pedro assumir transitoriamente a coroa de Portugal, como D. Pedro IV, tomando apenas duas decisões: outorgou a carta constitucional a Portugal a 29 de abril de 1826 e abdicou da coroa portuguesa a favor de D. Maria II (1819-1853) a 2 de maio (**fig. 11**). A princesa havia nascido no Brasil em 1819, portanto, em território soberano português, pelo que podia assumir a coroa. Para apaziguar os absolutistas, D. Maria II deveria casar-se com o seu tio, D. Miguel, anulando assim qualquer dúvida sobre a sua legitimidade.

Foi necessário permitir o regresso de D. Miguel a Portugal, que desembarcou em Lisboa a 22 de fevereiro de 1828 (**fig. 12**). Jurou fidelidade à

rainha e à Carta constitucional, mas, logo depois, renegou ao juramento, dissolveu as câmaras legislativas e convocou cortes à maneira tradicional que o aclamaram rei em 23 de junho.

Os liberais foram perseguidos, e muitos tiveram que se exilar em Londres. Um grupo importante instalou-se nos Açores, na ilha Terceira, mantendo aí um governo liberal, apesar das tentativas de supressão por parte dos absolutistas.



Fig. 11 - S.M.I. o Senhor D. Pedro restituindo sua Augusta Filha a Senhora D. Maria Segunda e a Carta Constitucional aos Portugueses, 1832, Nicolas-Eustache Maurin (1799-1850), gravura sobre papel, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 277 A.



Fig. 12 - Desembarque do Augustíssimo Senhor D. Miguel no Cais de Belém, Maurício José do Carmo Sendim (1786-1870), gravura sobre papel, Museo Nacional del Romanticismo, Inv. CE3761

Em 1830, a Europa experienciou um segundo período revolucionário, substituindo-se governos conservadores por liberais na Inglaterra e na França. D. Miguel perdeu muito do seu apoio internacional. D. Pedro, contestado no Brasil, abdicou em abril de 1831 e passou a dedicar-se exclusivamente à recuperação da coroa portuguesa para a sua filha. Em julho de 1832, os liberais desembarcam no Porto (**fig. 13**) e foram cercados pelos miguelistas por mais de um ano. Lisboa caiu a 24 de julho de 1833 (**fig. 14**) e D. Miguel capitulou em 26 de maio de 1834 pela convenção de Evoramonte (**fig. 15**), tendo-se exilado em Viena de Áustria. A paz assinada não implicou a paz no terreno. No Algarve surgiram as guerrilhas que espalharam o terror até 1840.



Fig. 13 - Vista da praia de Arnosa de Pampelido, onde desembarcou o senhor Dom Pedro à frente do exército libertador, gravura sobre papel, 1867, Museu do Dinheiro, inv. 42400270040



Fig. 14 - Entrada do Exército Libertador em Lisboa, Manuel Luiz, litografia sobre papel, 1835, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 999 V.



Fig. 15 - Convenção d'Évora-Monte, Manuel Luiz, litografia sobre papel, 1835, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 999 V.

O novo regime liberal alterou profundamente a sociedade e a organização institucional do país. Os conventos foram extintos e os seus bens vendidos em hasta pública, os morgadios foram suprimidos, acabaram-se os privilégios e as isenções, extinguiram-se diversas instituições seculares e uniformizou-se a legislação, a gestão do território e os direitos das populações. Porém, a 24 de setembro de 1834, D. Pedro morreu prematuramente com 35 anos de idade. **(fig. 16)**



Fig. 16 - D. Pedro no Leito da Morte, Nicolas-Eustache Maurin, litografia colorida sobre papel, 1836, Parques de Sintra, Monte da Lua, inv. PNQ 2090

Em breve, o novo regime começou a causar descontentamento. Os resultados das reformas não foram os esperados. A carta constitucional é considerada demasiado conservadora e sem legitimidade pois não foi votada por uma assembleia constituinte. A 9 de setembro de 1836, estalou em Lisboa uma revolta popular que teve adesão militar. A carta constitucional foi abolida e a Constituição de 1822 entrou provisoriamente em vigor. Em 1838, votou-se uma nova constituição e o novo regime foi encabeçado por Passos Manuel (1805-1862).

Este regime foi, porém, efêmero. A 27 de janeiro de 1842, um pronunciamento militar no Porto restaurou a Carta Constitucional de 1826. O novo regime mais conservador protagonizado por Costa Cabral (1803-1889) enfrentou as revoltas da Maria da Fonte na primavera de 1846 **(fig. 17)**. Em

breve, setembristas e cartistas envolveram-se numa segunda guerra civil, a Patuleia (outubro de 1846 a junho de 1847), que motivou nova intervenção militar externa. A facção cartista venceu, mas os setembristas regressaram ao poder sendo afastados por um golpe militar a 1 de maio de 1851, protagonizado pelo Duque de Saldanha. Iniciou-se, assim, a Regeneração, uma época de estabilidade política marcada pelo rotativismo dos partidos no parlamento, desenvolvimento económico e fomento de infraestruturas que durou até ao final da Monarquia Constitucional.



Fig. 17 - 15 de março, 1846. Póvoa de Lenho. Princípio da Revolução, Gregório Naziazeno, litografia sobre papel, 1846, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 1140 V.

Toda esta conjunta que narrámos de forma necessariamente sucinta e simplista, corresponde a um período cronológico reduzido (1807-1851), tendo sido experimentado integralmente pelas pessoas de uma única geração.

Não deve ter passado desapercibido os movimentos sucessivos e contraditórios das diversas conjunturas: D. Miguel ascendeu ao poder por duas vezes e outras tantas foi exilado; o liberalismo vintista emergiu, foi anulado com a Vilafrancada, foi recuperado com o Setembrismo e novamente anulado na Patuleia e na Regeneração.

E por fim, merece destaque o envolvimento direto da população nestes episódios, golpes e revoluções. Não são movimentos palacianos nos bastidores do poder. São, muitas vezes, revoltas populares, na rua, com “vivas!”

e “morras!”, com tiros e multidões correndo de forma desordenada. A expulsão dos franceses, o vintismo, o liberalismo e o setembrismo foram vividos intensamente. O descontentamento das classes mais baixas originou as guerrilhas, a revolta de setembro, a Maria da Fonte e a Patuleia. A instabilidade vivida e frequente mudança da facção dominante no poder, não parece ter evitado a tomada de opções políticas por parte da população em geral, do aristocrata ao camponês, passando pelo clero e pela burguesia.

Por esta razão, muitos pegaram em armas, tanto espingardas como forquilhas, e lutaram pelos seus ideais e interesses, muitas vezes dentro da mesma comunidade, e dentro da mesma família. Vizinho contra vizinho, pais contra filhos, irmãos contra irmãos, dando D. Pedro e D. Miguel o exemplo paradigmático. Perante estes longos conflitos protagonizados pelos homens, às mulheres não restava outro caminho senão chorar e rezar, pelos maridos, pelos irmãos e pelos filhos. Apegam-se a novas devoções, não a santos masculinos, mas femininas, como a Virgem Maria e o Menino Jesus.

O surgimento emergente e posterior desaparecimento da devoção ao Menino Jesus dos Atribulados acompanham, pois, o ritmo dos tempos e devem ser vistos à luz desta conjuntura política e social.

**O MENINO JESUS DOS
ATRIBULADOS: UMA
DEVOÇÃO FEMININA NA
LISBOA DO REINADO
DE D. JOÃO VI (1816-1826)**

O MENINO JESUS DOS ATRIBULADOS: UMA DEVOÇÃO FEMININA NA LISBOA DO REINADO DE D. JOÃO VI (1816-1826)

No acervo do Museu de São Roque da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa existe, desde 2009, uma pequena escultura em terracota e madeira douradas e policromadas representando o Menino Jesus abraçado a uma cruz (inv. ESC. 213) (**fig. 18**). Foi oferecida² por Jaime Maria Correia de Freitas Torres (1924-?), cumprindo um pedido da sua prima direita, D. Maria Josefa Pinheiro de Vasconcelos Correia de Freitas Mogo de Mello (1906-?). A escultura vinha dentro de uma maquete decorada com incrustações de madre pérola de produção franciscana, proveniente da Custódia da Terra Santa³ (inv. AO. 1463). A doadora teria uma vaga consciência da importância da peça, informação passada de geração em geração, e quis, por isso, que a mesma fosse entregue ao Museu de São Roque para exposição pública⁴.

A escultura passou despercebida, até que uma investigação recente permitiu associá-la a uma devoção específica que se iniciou na cidade de Lisboa em 1817: o Menino Jesus dos Atribulados.

A escultura representa o Menino Jesus sentado, com os joelhos levantados, vestindo uma túnica de sarja ou sarapilheira que não permite vislumbrar os contornos do corpo. Lembra a composição da *Melancolia* (1514) de Albrecht Dürer (1471-1528) utilizada em numerosas pinturas representando Maria, a irmã contemplativa de Marta, ou Maria Madalena. O Menino Jesus está abraçado a uma cruz, com a cabeça inclinada sobre esta, e na cabeça possui um resplendor de prata que talvez seja posterior. No peito ostenta do lado esquerdo dois corações em chamas, lado a lado, que poderão evocar os Sagrados Corações de Maria e de Jesus. E no ombro repousa um pequeno cordeiro, onde falta uma corrente que talvez fosse de ouro e se perdeu, levando a que tivesse sido, inicialmente, identificado como “Menino Jesus Bom Pastor”. No entanto, as numerosas gravuras que existem desta devoção (e que serão abordadas adiante) permitem identificar sem

² SCML, Unidade de Benemerências, Donativo n.º 40 de 2009.

³ Cf. SIMÕES, João Miguel, “Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o Oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque”, in MORNA, Teresa Freitas (Coord.), *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque*, 2010, pp. 82-83.

⁴ Informação verbal da nossa colega Maria do Carmo Lino que acompanhou o processo de doação.



Fig. 18 - Menino Jesus dos Atribulados, terracota e madeira douradas e policromadas, primeira metade do século XIX, Museu de São Roque, inv. ESC. 213

grandes dúvidas que a escultura retrata especificamente o Menino Jesus dos Atribulados.

O Menino Jesus associado (de forma anacrónica) à cruz que haverá de ser o instrumento da Sua Paixão, com ela dormindo, brincando ou meditando, é uma representação antiga que remonta ao século XVI e teve grande sucesso na pintura espanhola e portuguesa do século XVII⁵. Representa a predestinação daquela criança para a sua missão, ou seja, a salvação da humanidade através do seu sacrifício pessoal, que aceita de forma contemplativa, sem angústias, revoltas ou frustrações. É um recordar aos homens que as contrariedades da vida presente devem ser assumidas de forma passiva, tal como o Menino Jesus que abraça a sua cruz futura, deixando para a vida eterna a fruição plena da existência. Um silogismo que pretende, no fundo, incentivar a aceitação de situações existenciais ou materiais difíceis de aceitar.

No convento das Trinas do Mocambo⁶ (**fig. 19**), existia um quadro representando o Menino Jesus abraçado à cruz, o qual era denominado “Menino Jesus dos Atribulados”.

Este convento feminino da Ordem da Santíssima Trindade foi fundado em 1657 por um casal flamengo, mas a sua construção só foi autorizada pela Coroa em 1660. Em 1711, a sua igreja foi reconstruída sob patrocínio da condessa de Redondo, D. Luísa Simoa de Portugal (c. 1640-1723), tendo sido profundamente remodelada nas décadas de 1740 e 1750. Nessa ocasião, beneficiou de um precioso ciclo de pinturas da autoria de André Gonçalves (1685-1762) e de seu filho Manuel José Gonçalves (1716-1754), hoje, algumas delas, expostas no convento de Cristo em Tomar⁷. A Ordem da Santíssima Trindade dedicava-se ao resgate de cativos cristãos aprisionados nas redes muçulmanas de tráfico de escravos⁸, pelo que a de-

5 Cf. SOBRAL, Luís de Moura (coord.), *Bento Coelho 1620-1708 e a Cultura do seu Tempo*, 1998, pp. 346-348.

6 Cf. SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de, *História Chronológica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*, vol. 2, 1794, pp. 210-264. LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vol. 2, 1972, pp. 451-458. TEIXEIRA, Maria Francisca Assis, *O Convento das Trinas, separata dos Anais do Instituto Hidrográfico*, 1990. SIMÕES, João Miguel, *O Convento das Trinas do Mocambo, Estudo Histórico-Artístico*, 2004.

7 Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2004, pp. 15-69. DESTERRO, Maria Teresa, “O Conjunto Pictórico oriundo da capela-mor da igreja do convento das Trinas do Mocambo: subsídios para o seu estudo” in *Artis On*, n.º 3, 2016, pp. 71-80. ISIDRO, Susana Patrícia Correia, *O “Laboratório” de André Gonçalves e os programas de pintura do barroco quinto-joanino*, vol. 1, 2014, pp. 115, 140-141 e 170-171.

8 Cf. ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, 2010.



Fig. 19 - Convento das Trinas do Mocambo, onde se localizava o quadro original do Menino Jesus dos Atribulados

nominação de “atribulados” dada ao Menino Jesus deveria ter uma relação direta com esta atividade. Seria um orago protetor ou evocativo dos cativos e das suas famílias que, tal como o Menino Jesus abraçado à sua cruz, eram incentivadas a que aceitassem a realidade do cativo, apesar desta ser, mesmo para a época, injusta e inaceitável. Não se sabe onde estava o quadro originalmente. Como iremos ver adiante, este aparece como orago de uma das capelas laterais da igreja do convento em documentos tardios, mas sabemos que nem sempre esteve ali, pois não comparece numa descrição da mesma igreja publicada em 1794⁹. Só com o incremento do seu protagonismo, ali foi colocado em lugar de maior destaque, substituindo o orago da capela de São João Baptista, cuja imagem todavia permaneceu no mesmo local até finais do século XIX.

Em março de 1817, as freiras Trinas emprestaram este quadro ao Recolhimento das Escravas do Santíssimo Sacramento¹⁰, o que pode confirmar que esta seria uma pintura avulsa, sem grande valorização, que ornamen-

⁹ Cf. SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de, *Op. Cit.*, vol. 2, pp. 214-215.

¹⁰ Cf. *A Virgem Portuguesa, Op. Cit.*, pp. 110-129.

taria o interior do convento. Aliás, a *História Chronológica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*¹¹ (1794), que muito valoriza as imagens milagreas no interior do convento, não a refere.

O Recolhimento das Escravas do Santíssimo Sacramento foi fundado no início do século XIX¹² para albergar jovens raparigas deixadas órfãs pelas invasões francesas (1807-1811), por iniciativa de Ana Vicência de Oliveira, que lhe forneceu os necessários recursos financeiros, contando com o apoio de sua irmã, Maria Rita de Oliveira. Verifica-se já aqui uma conjuntura de colaboração feminina com vista à proteção exclusiva da mulher, com ricas senhoras a financiarem equipamentos que educavam unicamente raparigas órfãs da guerra, com o apoio de freiras.

O recolhimento localizava-se, desde 1812, no antigo palácio dos Marqueses das Minas (**fig. 20**), na rua da Rosa das Partilhas, passando a ser gerido pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa em 1928 por via do decreto n.º 15.778 de 23 de julho, que ainda hoje detém a propriedade do imóvel, funcionando nele vários equipamentos de assistência social, entre os quais, a Unidade de Adoção, Apadrinhamento Civil e Acolhimento Familiar.



Fig. 20 - Antigo recolhimento da rua da Rosa, instalado no palácio dos Marqueses das Minas, no Bairro Alto, onde ocorreu o milagre com o quadro do Menino Jesus dos Atribulados

11 Cf. SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de, *Op. Cit.*, vol. 2, pp. 210-264.

12 Cf. COLEN, Luisa, "Assistência às Órfãs no Bairro Alto. O Recolhimento da Rua da Rosa" in *Cidade Solidária*, n.º 32, 2014, pp. 126-139.

Pela sua localização no Bairro Alto, foi este recolhimento frequentemente denominado apenas como “Recolhimento da Rua da Rosa”, aparecendo referido nas doações feitas por diversas beneméritas da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa do início do século XIX¹³.

Neste recolhimento vivia uma jovem rapariga, chamada Maria das Dores, que desde 2 de fevereiro de 1816 manifestava uma paralisia que lhe afetava o lado direito da face. A 2 de setembro, a paralisia alastrou-se a toda a metade do corpo, com diversos ataques violentos, sem que os médicos conseguissem que os diversos tratamentos surtisse algum efeito. Em finais de dezembro, os ataques diminuíram, mas a rapariga ficou sem se poder deslocar autonomamente, com dificuldades na fala e na visão. No entanto, uma vez perante a presença do quadro do Menino Jesus dos Atribulados na capela do recolhimento, a doente levantou-se, sentiu-se curada, e correu alegremente pelos corredores do edifício, sendo, na época, este episódio considerado um milagre comprovado por diversas testemunhas, incluindo o médico que a acompanhava¹⁴.

A fama de imagem milagrosa concedida ao Menino Jesus dos Atribulados existente no convento das Trinas do Mocambo rapidamente se espalhou pela cidade de Lisboa e são várias as pagelas que o representam demonstrando como, após aquele episódio, houve uma intensa procura da sua representação, certamente em busca de milagres similares. Note-se que não se considerava o Menino Jesus o autor direto do milagre, nem tão-pouco o quadro das Trinas, à semelhança de um ícone bizantino, mas sim aquela composição específica do Menino sentado a meditar sobre a sua cruz. Só assim se explica a intensa produção de gravuras sobre papel e tecido usadas como amuletos junto ao corpo, muitas delas sem referência ao orago nem à sua localização.

Uma análise das gravuras sobreviventes leva-nos a considerar que a primeira¹⁵ a ser distribuída foi da autoria de Manuel Marques de Aguiar (1767-1816/17?) feita em data próxima à sua morte, em 1817 (**fig. 21**). Esta gravura é de grande qualidade e representa o Menino Jesus numa moldura oval, mas sem o cordeiro no ombro. Na legenda afirma-se que a imagem está localizada na igreja das Trinas do Mocambo. Manuel Marques

13 Cf. SIMÕES, João Miguel, *Histórias da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Feminino. Uma primeira abordagem*, 2025, pp. 23, 48, 51 e 52.

14 Cf. *A Virgem Portuguesa, Op. Cit.*, pp. 110-129.

15 BNP, Iconografia, RS 3657.

de Aguilar foi professor de gravura e um grande incentivador da criação de uma escola desta arte¹⁶, sendo de sua autoria diversas gravuras representando vistas da cidade do Porto e retratos de figuras importantes da sua época.



Fig. 21 - O Menino Jesus dos Atribulados, Manuel Marques de Aguilar (1767-1816), gravura sobre papel, 1817, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3657

Porém, as freiras trinitárias não viram com bons olhos esta iniciativa espontânea do gravador lisboeta sobre um quadro que lhes pertencia e intentaram assumir a gestão do negócio da produção e venda de pagelas. Solicitaram, para isso, ao Desembargo do Paço, em junho de 1817, o privilégio da produção exclusiva das gravuras representando o Menino Jesus dos

¹⁶ AHM, Divisões. Assuntos Militares Gerais, Diversos, Caixa n.º 2, Requerimento de Manuel Marques de Aguilar, professor de gravura, sugerindo a formação de uma escola para o exercício da sua arte, 1811, PT/AHM/DIV/3/50/02/40.

Atribulados com vista a centralizar as ofertas dos fiéis¹⁷. No requerimento feito à Coroa alegam que:

“na sua igreja se tem exposto à pública veneração huma devota imagem do Menino Jezus com o título dos Atribulados e tem sido tão aceita e tão agradável aos fiéis esta veneração que de dia em dia vai crescendo o número de devotos que concorrem para o seu culto entrando neste número pessoas de nobre gerachia e constituídas em dignidade tanto eccleziásticas como secular.”

Para suprir esta procura, as freiras Trinas mandaram “abrir huma chapa” representando a sua imagem, mas temiam que outras fossem abertas “furtivamente” prejudicando-se a devoção, e, principalmente, as esmolos que ingressavam na comunidade. Esta preocupação pela eventual perda de rendimentos era pertinente, uma vez que as freiras Trinas do Mocambo padeciam de graves problemas financeiros nesta época, com as suas despesas anuais a superar, sistematicamente, as receitas¹⁸.

O protótipo da chapa aberta (**fig. 22**) mostra-nos duas gravuras de qualidade medíocre. A principal é retangular, replicando o quadro, introduzindo-se o cordeiro sobre o ombro, preso por uma corda no pescoço que o Menino Jesus segura com uma das mãos. A escala do cordeiro é irrealista por diminuta, mais se assemelhando a um pequeno rato sentado sobre o ombro. Em baixo, a gravura apresenta uma legenda onde se lê, na linha superior, em letras capitais “O Menino Jezus dos Atribulados” e, na linha inferior, em cursivo francês “que se venera nas Religiozas Trinas do Mocambo”, não se referindo que o quadro se encontra na igreja.

A outra gravura é circular, do tamanho de uma moeda, com a representação do mesmo Menino Jesus e a inscrição na orla “O Menino Jezus dos Atribulados que se venera no Mocambo”. Em ambos os casos é feita a referência à localização do quadro original, decerto para atrair as romarias de fiéis e, conseqüentemente, as esmolos pecuniárias.

17 ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1593, n.º 24, PT/TT/DP/B-A-E/1-1/0009/000024.

18 Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2004, pp. 85-87.

No Desembargo do Paço, o parecer foi favorável às freiras Trinas, por motivos meramente religiosos:

“anima-se a devoção da imagem, que ellas oferecem e promove-se igualmente os meios de perpetuar o seu culto. Nisto mostram as suplicantes quanto interessão na cauza da religião e quanto da sua parte dezeição propagar huma devoção que liga os homens na verdadeira caridade e que os vão recordar da maravilhoso mystrério que aquella imagem representa¹⁹”.

Assim, esta exclusividade comercial foi-lhes concedida nesse mesmo ano²⁰. Porém, tal iniciativa não conseguiu evitar a produção clandestina destas gravuras em massa, das quais muitas ainda hoje existem. A diferença entre as gravuras “legítimas” e as “clandestinas” parece incidir na referência à localização do quadro que é expressa nas primeiras, mas omitida nas segundas.



Fig. 22 - Modelo das pagelas do Menino Jesus dos Atribulados proposto ser produzido em exclusividade pelas freiras do convento das Trinas do Mocambo, gravura sobre papel, 1817, ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1593, n.º 24, PT/TT/DP/B-A-E/1-1/0009/000024

19 ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1593, n.º 24, PT/TT/DP/B-A-E/1-1/0009/000024.

20 *Gazeta de Lisboa*, n.º 272, 18 de novembro de 1826, p. 1187.

A produção “legítima” parece ter-se iniciado com gravuras anônimas²¹ muito próximas ao protótipo autorizado (**fig. 23**), cujo gravador terá sido contratado diretamente pelas freiras para lhes produzir a totalidade das pagelas para venda, otimizando assim os lucros.



Fig. 23 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera nas religiosas Trinas do Mocambo, gravura sobre papel, c. 1817, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3656

Depois, numa segunda fase, a produção parece ter sido concessionada a gravadores externos, responsáveis pela introdução dos seus nomes e opções estéticas alternativas, para otimizar as vendas. Elencam-se, neste caso, os exemplares assinados por Constantino de Fontes (1777-1838)²² (**fig. 24**) que mantêm uma grande proximidade com o protótipo das Trinas, embora superem em qualidade gráfica. A sua legenda, também localizada por baixo da representação, assume duas inovações relativamente à gravura original. Refere em letra capitulares, nas duas linhas superiores, que aquele é “O Verdadeiro Retrato do Menino Jesus dos Atribulados”, o que pressupõe a existência de “retratos falsos”. Em segundo lugar, na linha in-

21 BNP, Iconografia, RS 3654 e 3656. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, inv. 868, disponível em: <https://www.csarmiento.uminho.pt/site/s/sms/item/7110#lg=1&slide=0> [consult. 11.08.2025]

Bidding Leilões, leilão 1397, lote 7, disponível em <https://www.biddingleiloes.pt/pt/auction/lot/id/16502> [consult. 12.08.2025].

22 BNP, Iconografia, RS 3655. BNRJ, Iconografia, 28950.

ferior afirma, também em cursivo francês, “que se venera na Igreja das Religiosas Trinas do Mocambo”, pelo que se infere que se o quadro não estava na igreja, passou então a estar. Outras gravuras anônimas (**figs. 25 e 26**) seguem o mesmo modelo e ostentam a mesma inscrição.



Fig. 24 - O Verdadeiro Retrato do Menino Jesus dos Atribulados, Constantino de Fontes (1777-1838), gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3655



Fig. 25 - O Verdadeiro Retrato do Menino Jesus dos Atribulados que se venera na igreja das religiosas Trinas do Mocambo, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3654



Fig. 26 - O Verdadeiro Retrato do Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Sociedade Martins Sarmiento, inv. 868

Posterior deverá ser a gravura da autoria de Manuel Correia²³ que apresenta uma moldura mais decorativa, recortada, encimada por um cristograma, com festões de flores pendentes (**fig. 27**). Esta apresenta duas variantes na cor: a tinta preta e a tinta vermelha. Um exemplar de tinta preta deu entrada na roda dos expostos acompanhando um menino que nasceu a 20 de abril de 1821²⁴ o que contribui para aferir a sua cronologia. Já o exemplar em tinta vermelha²⁵ (**fig. 28**) tem os contornos mais tênues pelo que poderá ser uma edição posterior.

Acrescenta-se a esta lista as gravuras circulares de reduzidas dimensões, embora aqui o exemplar assinado por P.M.F. está datado de 1817²⁶ (**fig. 29**) e será, por isso, uma das primeiras edições. Ostenta a palavra “Gratis” manifestando que nada deveria ser pago em contrapartida pela sua aquisição. As outras gravuras circulares anónimas²⁷ (**fig. 30, 31, 32 e**

23 BNP, Iconografia, RS 3650 e 3651. SCML, Arquivo Histórico, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243.

24 SCML, Arquivo Histórico, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243.

25 BNP, Iconografia, RS 3650.

26 BNP, Iconografia, E. 241 PQ.

27 BNP, Iconografia, RS 3642, 3643, 3647 e 3648.

33) seguem de forma muito próxima os protótipos que tomamos por originais, quanto à composição e conteúdo da inscrição, variando contudo na moldura decorativa. Todas deverão ser edições autorizadas.

Em contrapartida, as pagelas que consideramos “clandestinas”, na medida em que evocam o Menino Jesus dos Atribulados, mas não referem onde o mesmo se encontra, sugerem que os seus autores não pretendiam associar-se às Trinas. Quase todas são anónimas²⁸, sendo a exceção um exemplar aberto no Porto e assinado por J.M. das Neves e Francisco S. Bruno²⁹ (**fig. 34**). Provavelmente, os seus autores consideravam-se a salvo de qualquer perseguição judicial movida pelas Trinas, ou então o seu monopólio restringia-se, apenas, à produção efetuada na cidade de Lisboa.

Outra das gravuras anónimas³⁰ refere o local da venda: rua do Ouro, n.º 13, em Lisboa, mas não o seu autor (**fig. 35**). Noutra versão da mesma gravura³¹ (**fig. 36**), esta informação foi omitida, talvez para evitar qualquer perseguição judicial.

A qualidade destas gravuras “clandestinas” é muito inferior àquelas ditas “legítimas”. Chegaram mesmo a ser produzidas gravuras artesanais com uma ortografia popular (**fig. 37 e 38**), apenas compatível com uma produção rápida, barata e contrafeita. O interesse por parte dos compradores parece ter sido possuir uma representação do Menino Jesus dos Atribulados, como amuleto protetor, e não tanto como um objeto artístico, institucionalmente legítimo ou informativo da sua localização. Estas gravuras clandestinas foram produzidas até meados do século XIX, tendo os últimos exemplares um coroaamento decorativo em forma de frontão sobre a moldura do quadro (**fig. 39**), porventura resultante de um possível acréscimo posterior ao quadro das Trinas.

28 BNP, Iconografia, RS 3645, 3653, 3659, 3663 e 3664. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, inv. 867, disponível em <https://www.csarmiento.uminho.pt/site/s/sms/item/7111#img=1&slide=0> [consult. 29.10.2025].

29 BNP, Iconografia, RS 3653.

30 Museu dos Biscainhos, inv. DEP5261 MEP, ficha da peça disponível em <http://raiz.museu-semonumentos.pt/DetalhesObra?id=295460&tipo=OBJ> [consult. 02.12.2025].

31 BNP, Iconografia, RS 3663.



Fig. 27 - O Menino Jesus dos Atribulados, Manuel Correia, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3651



Fig. 28 - O Menino Jesus dos Atribulados, Manuel Correia, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3650



Fig. 29 - O Menino Jesus dos Atribulados, P.M.F, gravura sobre papel, 1817, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 241 PQ.



Fig. 30 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera no Mocambo, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3642



Fig. 31 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera no Mocambo, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3643



Fig. 32 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera no Mocambo, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3647



Fig. 33 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera no Mocambo, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3648



Fig. 34 - O Menino Jesus dos Atribulados, J.M. das Neves e Francisco S. Bruno, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3653



Fig. 35 - O Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Museu dos Biscainhos, inv. DEP 5261 MEP, proveniente do Museu Etnográfico do Porto



Fig. 36 - O Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3663



Fig. 37 - Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3659



Fig. 38 - O Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3645



Fig. 39 - Milagrosa imagem do Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, c. 1853, Biblioteca Nacional de Portugal, Portugal, Iconografia, inv. RS 3664

A procura e difusão deste orago na cidade de Lisboa foi de tal forma intensa que, em breve, a igreja de Nossa Senhora do Loreto, pertencente à comunidade italiana, também manifestou estar na posse de um Menino Jesus dos Atribulados. A imagem consiste num quadro, tal como nas Trinas, mas o do Loreto é em madeira recorrendo à técnica da marchetaria, com a aplicação tridimensional de um resplendor de prata (**fig. 40**). Está datado de 1819 e assinado por Francesco Abbiati (*Franco Abbiati fecit 1819*), mestre marceneiro natural de Mondelo, perto do Lago Como, na Lombardia, mas ativo em Roma nos finais do século XVIII e início do XIX, conhecido pelos seus trabalhos artísticos em marchetaria, presentes em mobiliário nas cortes de Madrid (onde trabalhou temporariamente) e de Nápoles³². No verso, o quadro do Loreto ostenta a seguinte inscrição manuscrita sobre papel colado na madeira:

32 Cf. TAVELLA, Mario, "Additions to the "oeuvre" of Francesco Abbiati" in *Furniture History*, vol. 38, 2002, pp. 97-107. BARDELLI, Andrea; CARBONE, Manuela S., "Francesco Abbiati, ebanista neoclássico lombardo. Poposta di un catalogo aggiornato" in *Antiqua nuova Serie*, disponível em <https://www.antiquanuovaserie.it/francesco-abbiati-ebanista-neoclassico-lombardo/> [consultado em 24-10-2025].

"Francesco Abbiati Milanese natto nel Borgho di Mandello fece e datto di presento alla Madre Santissima di Loreto il giorno 15 di Agosto del 1819".

A palavra "Agosto" foi redigida com a mesma letra num pequeno retângulo de papel colado sobre a superfície original, levando a crer que se tratou de uma emenda feita no mesmo momento, derivado a um engano na identificação do mês na inscrição original. Afinal, dada a relevância do dia 15 de agosto no calendário mariano, era importante ficar bem especificado. A peça foi uma oferta do autor a Nossa Senhora do Loreto, através da sua igreja em Lisboa, para a qual também fez outras peças, de maiores dimensões, que ainda hoje se encontram na sacristia.

Na base, possui uma inscrição em português identificativa: "O Menino Jesus dos Atribulados", denunciando que se destinava ao público nacional. Provavelmente, baseou-se numa das numerosas pagelas que circulavam, quase de certeza nas de Manuel Correia, e que terão chegado à sua posse em Itália na sequência da encomenda das peças maiores.



Fig. 40 - O Menino Jesus dos Atribulados, Francesco Abbiati, madeira marchetada, 1819, igreja italiana de Nossa Senhora do Loreto, Lisboa

Originalmente, deve-se ter tratado de mais uma reprodução, para devoção interna, sem perspetiva de retirar qualquer protagonismo às Trinas do Mocambo, mas, depois, ganhou foros de devoção própria e autónoma. Copiando este quadro da sacristia do Loreto, a comunidade italiana patrocinou a publicação de outras gravuras. Uma é da autoria de Teotónio José de Carvalho, distribuída pela livraria de Manuel Ambrosii Junior na Rua dos Calafates, n.º 116³³, a qual repete o motivo da moldura em marchetaria do Loreto (**fig. 41 e 42**). A outra da autoria de Manuel António de Castro (act. 1814-1862)³⁴, enquadrou a imagem do Menino Jesus num pórtico neoclássico com colunas jónicas e frontão semicircular com motivos vegetalistas (**fig. 43**).



Fig. 41 - O Menino Jesus dos Atribulados que se venera na Igreja de N.S.do Loreto da Nação Italiana em Lisboa, Teotónio José de Carvalho, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 255 PQ.

33 BNP, Iconografia, RS 3658 e E 225 PQ.

34 BNP, Iconografia, RS 3660.



Fig. 42 - Pagela do Menino Jesus dos Atribulados patrocinada pela comunidade italiana de Lisboa ainda sem a representação do resplendor, Teotónio José de Carvalho e Manuel Ambrosii Junior, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, iconografia, inv. RS 3658



Fig. 43 - Vera effigie do Menino Jesus dos Atribulados que se venera em Lisboa na Igreja de N. S. do Loreto, Manuel António de Castro (act. 1814-1862), gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3660

Note-se que Manuel Ambrosii Junior foi um dos distribuidores de uma das gravuras “clandestinas”³⁵ (**fig. 44**) claramente derivada das gravuras legítimas das Trinas, da autoria de Manuel Correia, conforme se vê pelo cristograma, em cima, envolto em coroa de flores. Este facto leva-nos a considerar que o surgimento desta produção associado ao quadro da igreja de Nossa Senhora do Loreto possa ter surgido como uma forma dos editores contornarem o monopólio das Trinas neste rentável negócio.



Fig. 44 - O Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, primeira metade do século XIX, Sociedade Martins Sarmento, inv. 867.

Como já assinalado, o quadro de marchetaria da igreja do Loreto, da autoria de Francesco Abbiati, apresenta hoje um resplendor de prata aplicado sobre a cabeça do Menino Jesus. Mas este elemento encontra-se ausente das gravuras de Teotónio José de Carvalho e só aparece na de Manuel António de Castro. Este facto leva-nos a considerar que o resplendor de prata foi introduzido posteriormente, justificando-se assim a sua ausência nas gravuras do primeiro, que serão as mais antigas, e a sua presença nas pagelas do segundo, mais modernas, conforme se deduz, também, da sua composição estética. Este mesmo facto poderá elucidar acerca da introdução do resplendor na escultura do Museu de São Roque. Talvez originalmente esta

³⁵ Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, inv. 867, disponível em <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/sms/item/7111#lg=1&slide=0> [consult. 29.10.2025].

não tivesse este elemento que passou a ter, entretanto, a partir do momento em que copiou o quadro ou a gravura do Loreto.

A ancoragem desta devoção na igreja do Loreto, ao Chiado, também pode ter sido motivada pela maior proximidade geográfica com o recolhimento da Rua da Rosa, no Bairro Alto, e com a baixa pombalina que, nesta época, era o centro económico e social da cidade. A sua localização privilegiada colocava esta igreja numa posição mais competitiva para gerir o “negócio” da venda das pagelas milagreiras do Menino Jesus dos Atribulados, face à distância que havia do centro da cidade relativamente ao convento das Trinas do Mocambo, na época, nos subúrbios ocidentais da cidade.

Uma outra igreja lisboeta, a do mosteiro do Santíssimo Sacramento em Alcântara, um convento feminino dominicano que ainda se encontrava em funcionamento, advogou posteriormente que também possuía uma imagem deste Menino Jesus dos Atribulados (**fig. 45**), publicando uma gravura³⁶ da autoria de um gravador que assina com a sigla P. S., aparentemente distribuída gratuitamente no ano de 1831, durante o reinado absolutista de D. Miguel.



Fig. 45 - O Menino Jesus dos Atribulados do Mosteiro do Santíssimo Sacramento em Alcântara, P.S., gravura sobre papel, 1831, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3644

³⁶ BNP, Iconografia, RS 3644.

A devoção ao Menino Jesus dos Atribulados parece ter sido bastante intensa em Lisboa na primeira metade do século XIX. Existem diversos testemunhos materiais que parecem atribuir este fenómeno a um universo feminino e popular.

Destacam-se dois ex-votos provenientes do convento das Trinas do Mocambo, hoje no Museu de Grão Vasco, instituição que recebeu no século XX o espólio daquele cenóbio lisboeta proveniente do Arquivo das Congregações Religiosas de Lisboa. Em ambos, o Menino Jesus dos Atribulados terá intercedido na recuperação de dois pais de família, para regozijo da sua vasta prole feminina.

Num deles (Museu Grão Vasco, inv. 2611)³⁷ (**fig. 46**), José Pedro Ribeiro, morador na freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, foi representado deitado num leito com docel, havendo ao centro uma gravura emoldurada que copia uma das pagelas. Junto à cama, velando pelo doente, estão de joelhos a mulher, quatro filhas, uma ainda de colo, e apenas um rapaz de casaca azul. Todas as raparigas estão com roupagens brancas em estilo império, datáveis dos inícios do século XIX, típicas de um ambiente burguês abastado. A mãe aponta aos filhos a gravura do Menino Jesus dos Atribulados indicando o responsável pelo milagre.



Fig. 46 - Ex-voto ao Menino Jesus dos Atribulados, aguarela sobre papel, primeira metade do século XIX, Museu Grão Vasco, inv. 2611

³⁷ A ficha da peça encontra-se em: <http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=209383&tipo=OBJ> [consult. em 02.12.2025].

Noutro ex-voto (Museu de Grão Vasco, inv. 2621)³⁸ (**fig. 47**), datado de 1818, data, portanto, muito próxima ao milagre operado na rua da Rosa, José de Oliveira encontra-se deitado numa cama mais simples com uma coberta colorida às riscas. De joelhos, de costas para o doente, mas voltadas para o teto da casa, estão quatro mulheres de estatura semelhante (a esposa e três filhas adultas ou quatro irmãs solteiras?) com vestidos coloridos, um deles às riscas, eventualmente de chita, cabelo apanhado e grandes argolas de ouro nas orelhas, as “arrecadas”. No teto do quarto, envolto em nuvens, aparece o Menino Jesus dos Atribulados. O ambiente é mais despojado e popular. Todavia, sobre uma mesa, no lado oposto ao do doente, observa-se um papel, com duas penas e um areeiro, sinal que não só o homem sabia escrever, assim como, orgulhosamente, uma ou mais das moradoras. Em nenhum dos ex-votos se refere as Trinas ou o Loreto como local onde se localizava a imagem. Este é, sem dúvida, sinal que era a imagem, *per si*, o catalisador dos milagres e não as instituições eclesíásticas que a acolhiam.



Fig. 47 - Ex-voto ao Menino Jesus dos Atribulados, aguarela sobre papel, 1818, Museu Grão Vasco, inv. 2621

Em Aveiro, proveniente do convento de São João Evangelista, de freiras carmelitas, existe um pequeno molde de formato retangular em cerâmica

38 A ficha da peça encontra-se em: <http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?i=209368&tipo=OBJ> [consult. em 02.12.2025].

(Museu de Aveiro, inv. 39 EM)³⁹ com a representação da imagem do Menino Jesus dos Atribulados (**fig. 48**), sem qualquer referência ao orago ou à sua localização. Aparenta ter servido para moldar pasta fresca em momento anterior à cozedura (massa alimentar ou cerâmica), eventualmente para a produção de pequenos artefactos para venda, tal como bolachas, doces de ovos moles ou peças de barro. Seria uma forma das freiras de Aveiro granjearem receitas numa época de crise. Neste contexto, reconhece-se uma valorização desta figuração peculiar do Menino Jesus, enquanto ícone de proteção ou protagonista de milagres, e não necessariamente uma devoção especial à pintura das Trinas ou ao painel do Loreto.



Fig. 48 - Molde para impressão representando o Menino Jesus dos Atribulados proveniente do convento de São João Evangelista, de freiras carmelitas, pasta cerâmica, primeira metade do século XIX, Museu de Aveiro, inv. 39 EM

E até a rainha D. Carlota Joaquina (1775-1830) tinha na sua biblioteca um livro de pequeno formato (em 16.^o), intitulado *Solilóquios ao Senhor Menino Jesus dos Atribulados*, publicado em Lisboa em 1819⁴⁰, uma edição que seria, portanto, barata e de fácil distribuição nos meios mais populares. Desconhecemos qualquer exemplar deste livro e também não sabemos se a rainha o adquiriu ainda no Rio de Janeiro ou já em Lisboa, após o seu regresso à Europa em 1821.

Facto é que o Menino Jesus dos Atribulados chegou ao Brasil. O padre pintor José Joaquim Viegas de Menezes (1778-1841), um exposto natural de Vila Rica que veio estudar para Lisboa no final do século XVIII e se dedi-

³⁹ A ficha da peça encontra-se em: <http://raiz.museusemonumentos.pt/DetalhesObra?id=99274&tipo=OBJ> [consult. em 02.12.2025].

⁴⁰ Cf. SOUSA, Moizes Sobreira de, "Catálogo da Biblioteca da Rainha D. Carlota Joaquina" in *História (São Paulo)*, v. 38, 2019, p. 92 disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019007>.

cou à arte da pintura e da gravura, executou um desenho (**fig. 49**), aparentemente sobre papel e de diminuto tamanho, onde representou esta devoção, que ofereceu ao seu parente e amigo, o padre Domingos Ferreira de Meneses. A pintura é de fraca qualidade e repete a composição tradicional inovando, porém, em alguns pormenores: o Menino Jesus é representado no exterior, junto a umas árvores, sobre um monte, sentado sobre uma almofada de espinhos que se assemelha à futura coroa; para além da cruz segura duas varas. Insiste-se assim na representação dos instrumentos da Paixão.



Fig. 49 - O Menino Jesus dos Atribulados, José Joaquim Viegas de Meneses (1778-1841), desenho sobre papel com paradeiro desconhecido, fotografia sobre papel, 1919. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Iconografia, inv. 401014. Proveniente do Arquivo Público Mineiro

O desenho foi autenticado pelo padre Domingos Cândido da Silveira, vigário da Capela Nova do Betim, uma localidade no Estado das Minas Gerais, no Brasil, em finais do século XIX. Hoje, este desenho está com paradeiro desconhecido, mas foi fotografado em 1919 e o relato da sua história manuscrito no verso da fotografia por um funcionário do Arquivo Público Mineiro, Teófilo Feu de Carvalho. Hoje a fotografia guarda-se na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro⁴¹.

Regressando a Lisboa, na roda da Santa Casa da Misericórdia, cinco crianças foram expostas, entre 1818 e 1877, acompanhadas por bentinhos representando o Menino Jesus dos Atribulados⁴².

41 BNRI, iconografia 401014.

42 SCML, Arquivo Histórico, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/088/069, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/051/494, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/042/588, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243 e PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/029/244.

Destes, apenas um⁴³ (datável de 1822) é uma gravura em papel da autoria de Manuel Correia, de acordo com o protótipo das Trinas (**fig. 50**), sendo os restantes impressões de diminuto tamanho, algumas delas sobre tecido branco, replicando as gravuras, cosidos sobre suporte têxtil (**fig. 51, 52, 53 e 54**), que serviam como amuleto dissimulado para usar próximo ao corpo.



Fig. 50 - Sinal do exposto Antônio José Branco com o Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, 1822, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, inv. PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243

⁴³ *Ibidem*, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243.



Fig. 51 - Sinal da exposta Maria José de Araújo com o Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, 1818, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, inv. PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/029/244



Fig. 52 - Sinal do exposto Manuel Jerónimo da Trindade com o Menino Jesus dos Atribulados, tecido impresso, Lisboa, 1831, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, inv. PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/042/588

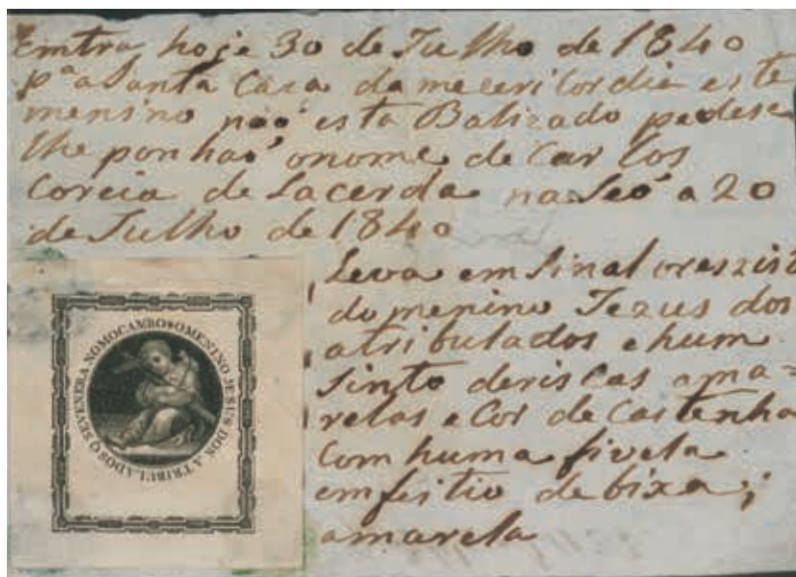


Fig. 53 - Sinal do exposto Carlos Correia de Lacerda com o Menino Jesus dos Atribulados, tecido impresso, 1840, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, inv. PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/051/494



Fig. 54 - Sinal do exposto Domiciano com o Menino Jesus dos Atribulados, tecido impresso, 1877, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Arquivo Histórico, inv. PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/088/069

Também no Porto, há registo de uma criança ser exposta em 1865 com este amuleto⁴⁴. É um dos raros casos em que a inscrição refere “a milagrosa imagem do Menino Jesus dos Atribulados” (**fig. 55**) exaltando-se a natureza milagreira do ícone e omitindo-se a sua localização. Certamente as respetivas mães acreditavam que, de alguma forma, esta pequena imagem poderia proteger os seus recém-nascidos abandonados, pelo que o Menino Jesus dos Atribulados ganhou foros de proteção à infância, talvez pela idade da rapariga alvo do milagre inicial.



Fig. 55 - A Milagrosa imagem do Menino Jesus dos Atribulados, tecido impresso, c. 1865, Arquivo Distrital do Porto, cota atual: A/7/2/1-4.30, PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/001/18301

Note-se, porém, que dos cinco expostos de Lisboa, o mais antigo (1818) é uma rapariga mas os mais recentes (1822, 1831, 1840 e 1877) eram quatro rapazes, pelo que, a proteção parece atravessar ambos os géneros, embora com uma aparente maior incidência sobre os meninos.

Do mesmo modo, é também perceptível uma maior incidência destas manifestações nos 25 anos seguintes após o milagre (1818 a 1840) surgindo o bentinho do exposto de 1877 de forma tardia. Talvez tenha sido colocado junto da criança por uma avó...

⁴⁴ ADP, cota atual: A/7/2/1-4.30, PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/001/18301.

Outra característica particular é a associação desta devoção à música⁴⁵, existindo uma novena proveniente do convento de Santa Teresa de Jesus de Carnide⁴⁶, e outra do convento de Nossa Senhora da Conceição da Luz de Arroios⁴⁷, ambos cenóbios femininos. E sendo uma devoção nova e emergente, mas com laivos de tradicionalismo setecentista, mereceu o interesse do rei D. Miguel⁴⁸, à semelhança da contemporânea Nossa Senhora da Conceição da Rocha de Carnaxide (1822).

Na década de 1850, mais de 30 anos após o milagre no Recolhimento da Rua da Rosa, a devoção ao Menino Jesus dos Atribulados continuava ativa, mas prestes a entrar no esquecimento e sobretudo associada a uma geração que estava a desaparecer. Talvez por esse motivo, a história do seu milagre foi publicada em 1853 por autor anónimo reproduzindo-se as declarações das testemunhas que atestavam o facto, num volume que elenca diversas devoções femininas⁴⁹. Neste mesmo ano, a 18 de agosto, o cardeal-patriarca D. Guilherme Henriques de Carvalho (1793-1857) concedeu indulgência de 50 dias a quem rezasse ao Menino Jesus dos Atribulados, suscitando novo surto de pagelas⁵⁰, de feição mais popular. Uma delas (**fig. 56**) mostra-nos o quadro das Trinas com o seu frontão decorativo tal como aparece nas gravuras mais tardias, tendo sido acrescentada na legenda a informação da indulgência patriarcal. Outra (**fig. 57**) repete o mesmo formulário mas acrescentou nas laterais uma oração, uma quadra e uma passagem bíblica que incentivam a aceitação passiva das dificuldades da vida terrena e a esperança numa melhor vida eterna. Lê-se na oração: “Oh, meu Deus, seja feita a vossa vontade sempre e nunca a minha”; na quadra: “Morre, se queres viver; Pena, se queres gozar; Aos trabalhos te condena; Se o prémio queres lograr”; e, por fim, o salmo 33: “São muitas as atribulações a que são expostos os justos, mas de todas elas o Senhor os libertará”.

45 ANTT, Música, Livro 32, PT/TT/MUS/L032.

46 BNP, C.O. – Cx. 09, M.4, n. 3.

47 BNP, COD. 7613.

48 [ESPIRITO SANTO], H. R. do E. S., *Jaculatórias ao Menino Jesus dos Atribulados feitos pelo Abecedário, pedindo-lhe o nosso adorador regente o Sr. D. Miguel*, 1828.

49 Cf. *A Virgem Portuguesa, Op. Cit.*, pp. 111-129.

50 BNP, Iconografia, RS 3663 e 3665.



Fig. 56 - Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, c. 1853, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3662



Fig. 57 - Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, c. 1853, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3665

Em maio de 1858, foi publicada em Paris uma gravura do Menino Jesus dos Atribulados pela casa dos irmãos Louis e Lubin Becquet⁵¹ (act. 1845-1862), talvez para exportação e consumo em Portugal, ou para consumo interno junto da vasta comunidade portuguesa afeta ao Absolutismo, que permanecia exilada naquela cidade. Infelizmente, não conhecemos qualquer exemplar desta gravura.

Maria Joana Baldaya, importante figura feminina residente em Benfica que patrocinou diversas escolas em Lisboa destinadas ao ensino das mulheres e benemérita da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, no seu testamento redigido a 5 de abril de 1859⁵² deixou 600.000 réis ao Recolhimento da Rua da Rosa em memória da “cura milagrosa de uma religiosa” referindo que desde que esse milagre ocorrera se celebrava uma festa dedicada a esta devoção.

A devoção pelo Menino Jesus dos Atribulados assume, assim, um perfil feminino, beato, retrógrado, associável a mulheres com fraca instrução. Pelo menos, assim aparece por duas vezes na obra de Camilo Castelo Branco (1825-1890), como os *Mistérios de Lisboa* (1.ª ed, 1854)⁵³, no qual se assiste ao seguinte diálogo:

“Umaz vizinhas beatas, antigas inimigas de Anacleto, ficaram resmungando:

— Sempre foi peixeira...

Dizia outra:

— Olha que mulher, que amizade tinha ao caixeiro, que nem manda procurar-lhe o corpo, para lhe fazer sufrágios pela sua alminha, que Deus tenha na sua divina presença. Padre-nosso que estais nos céus...

E outra:

— Requiescat inpace, amen... Que berzebum de feitiço terá aquele mostrengo para trazer em pecado aquele senhor fidalgo da Patriarcal, que traz mesmo cara de condenado por ela?... Eu te arrenego!... Sempre é mulher que tem bigode!... Pobre caixeiro... coitadinho!... mais um padre-nosso pela sua alma, ó tia Teresa!... Padre-nosso que estais nos céus...

51 Cf. “Bibliographie Française. Catalogue General des Publications Nouvelles” in *La Propriété Littéraire et Artistique Courrier de la Librairie pour la France et l'Etranger*, a. 3, n.º 20, 15 de maio de 1858, p. 442, n.º 892. *Bibliographie de la France, Journal Général de l'imprimerie et de la librairie*, s. 2, t. 2, n.º 26, 26 de junho de 1858, p. 336, n.º 1357.

52 ANTT, Registo Geral de Testamentos, Belém, Livro 13, fls. 302v-314.

53 Cf. CASTELO BRANCO, Camilo, *Mysterios de Lisboa*, 3 vols., 1854.

— *E outro ao Menino Jesus dos Atribulados, que sempre tem a novena mais bonita, que eu comprei por um pataquinho... Nunca as mãos doam a quem te fez, minha querida novena do meu Menino Jesus dos Atribulados...*

— *Ora, fique-se com Deus, senhora Rosinha... Aquele já lá está; cada qual faça por estar com as suas contas preparadas para o dia final, que cedo virá... É verdade, ó senhora Rosinha, e que me diz aos jacobinos?*

— *Eu os arreneço em nome da Santíssima Trindade, e de Santo Agostinho, advogado contra os hereges...*

— *Dizem que estão por esses mundos de Cristo esses desalmados, que comem gatos, e cães...*

— *E meninos, não sabia esta?*

— *Credo, credo, Santo Nome de Jesus, minha Mãe Maria Santíssima, e todos os santos e santas da corte celestial, que me diz senhora Teresa?*

— *É como lhe digo... Ouvi-o dizer com estes ouvidos, que a terra há de comer, ao meu confessor, que é aquele santo franciscano, que faz profecias e milagres, e vê tudo quanto se passa nas europas.*

— *Ó mulher, eu estou banzadinha!... Santo breve da Marca! Até tenho arrepios no meu corpo, salvo seja! Adeus, adeus, fechemos as janelas... A minha alma magnífica engrandece ao Senhor..."*

Note-se, mais uma vez, a relação do Menino Jesus dos Atribulados com a música e o sabor antiquado e mesquinho da expressão alusiva ao pataco, moeda antiga e rude de 40 réis que já não era emitida, mas continuava a circular associada aos meios mais populares.

Também n' *A Filha do Arcediago* (1.ª ed, 1854) se identifica a seguinte interlocação:

"- Pois, se lhe escreves, diz-lhe da minha parte que muito estimo que seja minha cunhada, e que havemos de ir ambas visitar o Senhor, e rezar a novena do Menino Jesus dos Atribulados, e muitas devoções. Diz-lhe mais que faça por ter saúde e pela Nossa Senhora que lhe dê muito juízo e graça para servir a Deus... Ouviste?"

E finalmente, o tema também está presente (de forma anacrónica, claro está) no romance *A Mocidade de D. João V*, publicado em 1852-1853, onde o reinado do Magnânimo é severamente caricaturado:

"A mensageira não podia ser senão a virtuosa Perpétua das Dores, aquela serva de Nossa Senhora e do Menino Jesus dos Atribulados"⁵⁴.

54 SILVA, L. A. Rebelo da, *A Mocidade de D. João V*, 3.ª ed., vol. 3, 1889, p. 166.

Aplicando este princípio, suspeitamos que a escultura do Museu de São Roque tenha sido herdada pela via feminina da última proprietária, sendo assim proveniente do espólio da sua mãe, Laurinda Pinheiro de Vasconcelos, primeira mulher de José de Azevedo Coutinho Correia de Freitas (1880-1921), com quem casou em 1906, e de sua avó materna, Josefina Pinheiro, senhoras, aparentemente, de origem humilde, mas enriquecidas.

No terceiro quartel do século XIX, o Menino Jesus dos Atribulados parece estar totalmente esquecido, não obstante as indulgências patriarcais. No convento das Trinas do Mocambo, no inventário realizado por ocasião da sua extinção, datado de 1 de fevereiro de 1878, refere-se que na igreja existia a capela dedicada ao Menino Jesus dos Atribulados, onde ainda figurava o referido quadro sobre tela, com moldura em madeira dourada e avaliado em apenas 5000 réis⁵⁵. Não se lhe deu especial valorização nem se recordou o milagre ocorrido no recolhimento da rua da Rosa. A igreja manteve-se incólume até 1911, graças à presença das Irmãs Franciscanas Hospitaleiras da Imaculada Conceição, mas, nesta data, o governo republicano expulsou-as e todo o valioso recheio do convento foi desmantelado e disperso⁵⁶, perdendo-se assim o conhecimento do paradeiro deste quadro milagreiro. Talvez ainda exista.

No Recolhimento da Rua da Rosa, incentivou-se a ligação a este orago. Segundo nos diz o pintor Joaquim Gregório da Silva Rato (1772-1860) que aí estava, casualmente, a fazer um trabalho de pintura quando testemunhou o milagre da jovem rapariga, ele terá feito, ainda em 1817, por sua iniciativa, uma cópia do quadro das Trinas para ali ficar permanentemente⁵⁷. Esta cópia está, também, com paradeiro desconhecido. O recolhimento parece ter adotado, por um curto espaço de tempo, a denominação de “Escola do Menino Jesus dos Atribulados” sendo assim referido, por duas vezes, na correspondência⁵⁸ de Antônio Feliciano de Castilho (1800-1875), que o identifica como um exemplo pedagógico a seguir.

Em contrapartida, preserva-se o quadro de marchetaria de Francesco Abbiati na igreja do Loreto, embora se tenha perdido a sua importância como foco de devoção e de produção de pagelas na primeira metade do

55 ANTT, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965, ficheiro PT-TT-MF-DGFP-E-002-00069_m0416.

56 Este processo ocorreu entre 1911 e 1940 não sendo possível reconstituir em grande parte o destino das peças. Cf. SIMÕES, João Miguel, *Op. Cit.*, 2004, pp. 99-108.

57 Cf. *A Virgem Portuguesa, Op. Cit.*, p. 125.

58 Cf. CASTILHO, Antônio Feliciano, *Correspondência Pedagógica*, 1975, pp. 106 e 290.

século XIX. No inventário de 1914, onde é referido com o n.º 599 (preservando-se um selo com esse número no verso da peça) omitiu-se a sua denominação, indicando-se apenas que se trata de um Menino Jesus. É, contudo, assinalada a presença do seu resplendor em prata e a sua avaliação em 70 escudos⁵⁹ (70.000 réis), um valor avultado quando comparado com o original das Trinas.

Por fim, nos finais do século XIX e no início do XX foram publicadas mais algumas pagelas alusivas ao Menino Jesus dos Atribulados, mas já sem qualquer menção às Trinas ou preocupação em copiar a imagem original. Uma das pagelas identificadas⁶⁰ (**fig. 58**), de finais do século XIX, apresenta uma moldura com motivos vegetalistas esquematizados semelhantes aqueles que encontramos na louça de Sacavém, sua contemporânea. As letras são de imprensa modernas. Alude-se à data da conceção da indulgência demonstrando que se trata de um evento passado. E o Menino Jesus mantém a mesma posição abraçado à cruz, com a cabeça inclinada, mas é representado com uma farta cabeleira, sem cordeiro nem corações em chamas no peito.



Fig. 58 - Menino Jesus dos Atribulados, gravura sobre papel, finais do século XIX, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. E. 5926 P.

59 Cf. Arquivo Histórico da Igreja italiana de Nossa Senhora do Loreto, inventário de 1914.

60 Cf. BNP, Iconografia, E. 5926 P.

A outra gravura⁶¹, ainda mais posterior, datável da década de 1920, está assinada com a sigla "A.B." (**fig. 59**). Nela, o Menino Jesus surge representado como um jovem rapaz, pré-adolescente, sentado sobre uma pedra, com capa, segurando nos braços não só a cruz mas também outros instrumentos da Paixão, como os cravos, a lança e a vara com a esponja. A seu lado, à esquerda, emergem uns lírios, em cuja base está uma pomba, e, do lado direito, um espinheiro. Há uma aproximação iconológica à imagem original do Menino Jesus dos Atribulados meditando sobre a sua Paixão futura, mas reconhece-se um afastamento estético em relação ao quadro original das Trinas ou o do Loreto. Repete-se o ambiente exterior e a insistência noutros instrumentos da Paixão, tal como aconteceu com o desenho brasileiro, mas aparentemente apenas por coincidência. Em baixo, uma inscrição afirma: "Menino Jesus dos atribulados, ensina-me a meditar na Vossa Paixão e ajudai-me a levar a minha com paciência". A sobrevivência destas pagelas, mais recentes indica um ressurgimento desta devoção no primeiro quartel do século XX, talvez potenciado pelos tempos atribulados que então se viveram com a queda da Monarquia e a I República (1910-1926).



Fig. 59 - Menino Jesus dos Atribulados, A.B., gravura sobre papel, c. 1920, Biblioteca Nacional de Portugal, Iconografia, inv. RS 3661

61 Cf. BNP, Iconografia, RS 3661.

Assim, a devoção ao Menino Jesus dos Atribulados parece circunscrever-se à primeira metade do século XIX, evoluindo, primeiro, para uma desvalorização e mesmo desprezo e, depois, para um esquecimento generalizado, na segunda metade desse século.

Não podemos deixar de notar que o título “Atribulados” dado ao orago caracteriza pessoas que estão aflitas, angustiadas, atormentadas e a passar por dificuldades ou adversidades. Existe, assim, uma coincidência (e, por isso, poderá ter tido bastante aceitação na sociedade) com a conjuntura política e social da primeira metade do século XIX. Estes foram, de facto, tempos atribulados perante a ocorrência das três invasões francesas (1807-1811), da revolução liberal (1820), da independência do Brasil (1822), da morte de D. João VI (1826), da usurpação de D. Miguel (1828), da guerra civil (1832-1834), da tomada de Lisboa (1833), da morte de D. Pedro IV (1834), do fim do Antigo Regime e da transição para o regime Liberal, bastante instável durante o reinado de D. Maria II (1834-1853). Tudo isto foi experienciado por uma só geração contemporânea, por exemplo, do Duque de Saldanha que iniciou a sua carreira militar precisamente com a 1.^a invasão francesa e terminou com o pronunciamento militar da Saldanhada (1870). Provavelmente, a imagem do Menino Jesus ainda criança, mas já abraçado ao instrumento do seu martírio futuro, conformado com o seu destino, incentiva o crente à aceitação do seu próprio futuro difícil perspectivado pelas condicionantes políticas, sociais e económicas vividas na época. Depois, com a Regeneração (1851) os tempos acalmaram e entrou-se numa normalidade constitucional de conforto e paz que duraria até ao final do século XIX, pelo que o orago terá perdido, assim, a sua pertinência na segunda metade do século. Foi até ridicularizado. Recuperou um pouco com o final da Monarquia, período também instável com uma bancarrota parcial (1892), a ditadura de João Franco (1906-1908) e o regicídio (1908) e mais ainda com a I República (1910-1926).

Breves considerações finais

Do Menino Jesus dos Atribulados não restam grandes representações conhecidas, para além do quadro em marchetaria do Loreto, as diversas gravuras existentes nas bibliotecas e arquivos e, claro está, da escultura do Museu de São Roque. Esta última é uma peça com qualidade, datável de 1817-1819, adequada a um oratório de um encomendante com algumas posses financeiras, muito provavelmente uma mulher, que procurou proteção para a sua casa e família na pequena representação milagreira. A principal mais-valia desta peça é que reproduz tridimensionalmente uma imagem que é bidimensional em todas as outras representações conhecidas. A nível estético apresenta um cariz retrógrado, como seria de esperar, mais próximo do Barroco, pela talha dourada da base e misticismo da composição (copiada de modelos anteriores) do que de um neoclassicismo contemporâneo do período em análise.

Também merece destaque a natureza quase exclusivamente feminina do fenómeno: uma órfã cura-se num recolhimento de mulheres, fundado por mulheres para acolher as órfãs das invasões francesas. Neste contexto, as freiras do convento das Trinas assumem uma perspetiva economicista na gestão do negócio das gravuras, sendo que as do Sacramento também entraram neste negócio e as de Aveiro talvez vendessem artefactos com a impressão do Menino Jesus dos Atribulados. As mães entregam os seus filhos na roda da Misericórdia acompanhadas com bentinhas, pagelas e escapulários; as senhoras ricas patrocinam uma festa e ornamentam os seus oratórios com esculturas em maquetinas de madrepérola; as mulheres pobres ouvem a sua música, rezam as suas novenas e oferecem ex-votos pagos por patacos. Os homens apenas testemunham o fenómeno de forma distante, como o médico ou o pintor que validaram o milagre, os pais de família curados, os gravadores que optam pelo anonimato e alteram a composição. Mais tarde, criticam-no com desprezo, como os romancistas.

E, por fim, salientamos o carácter retrógrado deste fenómeno cultural e artístico, mais adequado a um Barroco exacerbado dos séculos XVII ou XVIII, do que da primeira metade do século XIX, quando a ciência e os ideais da Revolução Francesa começam a despontar, inclusivamente em Portugal. Não é, pois, de estranhar a associação a D. Miguel e à sua perspetiva tradicionalista da sociedade portuguesa.

Em conclusão, importa realçar a transversalidade desta representação que, num curto espaço de tempo, que podemos datar de 1817 a 1859, e com especial incidência num universo feminino, deixou importantes testemunhos artísticos na pintura, na gravura, na escultura, na música e na literatura, para desaparecer totalmente pouco tempo depois. Redescobriu-se agora nestes tempos, novamente atribulados...

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

Arquivo Distrital do Porto (ADP)

Carta da diretora relativa à receção de crianças, 28 de junho de 1865, Cota atual: A/7/2/1-4.30, PT/ADPRT/ACD/CRPRT/AE/001/18301

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT)

Consulta da Madre Priora das Religiosas Trinas do Mocambo sobre estampa do Menino Jesus com o título de “Menino Jesus dos Atribulados” por devoção à imagem, 14 de junho de 1817, Desembargo do Paço, Repartição da Corte, Estremadura e Ilhas, mç. 1593, n.º 24, PT/TT/DP/B-A-E/1-1/0009/000024.

Processo de extinção do convento das Trinas do Mocambo, Ministério das Finanças, Convento de Nossa Senhora da Soledade de Lisboa, cx. 1965.

Testamento de Joana Baldaya, Registo Geral de Testamentos, Belém, Livro 13, fls. 302v-314.

Três Novenas para o mês do Menino Jesus dos Atribulados, Música, Livro 32, PT/TT/MUS/L032

Arquivo Histórico da Igreja italiana de Nossa Senhora do Loreto

Inventário de 1914

Arquivo Histórico Militar (AHM)

Divisões. Assuntos Militares Gerais, Diversos, Caixa n.º 2, Requerimento de Manuel Marques de Aguilár, professor de gravura, sugerindo a formação de uma escola para o exercício da sua arte, 1811, PT/AHM/DIV/3/50/02/40

Biblioteca Nacional de Portugal (BNP)

Novena do Menino Jesus dos Atribulados, Reservados, C.O. – Cx. 09, M.4, n. 3.

Novena do Menino Jesus dos Atribulados, Reservados, COD. 7613
Iconografia, E 225 PQ, E 241 PQ, E 5926 P., RS 3642, 3643, 3644, 3645, 3647, 3648, 3650, 3651, 3653, 3654, 3655, 3656, 3657, 3658, 3659, 3660, 3661, 3662, 3663, 3664, 3665

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ)

Iconografia 28950 e 401014.

Bidding Leilões

Leilão 1397, lote 7

Museu dos Biscainhos

inv. DEP5261 MEP

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML)

Arquivo Histórico, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/088/069, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/051/494, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/042/588, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/033/243, PT-SCMLSB SCML/CE/EE/EB/08/029/244

Unidade de Benemerências, Donativo n.º 40 de 2009

Sociedade Martins Sarmiento

inv. 867 e 868

BIBLIOGRAFIA

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, tese de doutoramento em História apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2010.

A Virgem Portuguesa. Facto Histórico provado com testemunhas fiéis e maiores de toda a excepção, Lisboa, Imprensa Nacional, 1853.

Bibliographie de la France, Journal Général de l'imprimerie et de la librairie, s. 2, t. 2, n.º 26, 26 de junho de 1858.

"Bibliographie Française. Catalogue General des Publications Nouvelles" in *La Propriété Littéraire et Artistique Courrier de la Librairie pour la France et l'Etranger*, a. 3, n.º 20, 15 de maio de 1858.

CASTILHO, António Feliciano, *Correspondência Pedagógica*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Investigação Pedagógica, 1975.

CASTELO BRANCO, Camilo, *Mysterios de Lisboa*, 3 vols., Porto, Typographia de J.J.G. Basto, 1854.

COLEN, Luisa, "Assistência às Órfãs no Bairro Alto. O Recolhimento da Rua da Rosa" in *Cidade Solidária*, n.º 32, 2014, pp. 126-139.

DESTERRO, Maria Teresa, "O Conjunto Pictórico oriundo da capela-mor da igreja do convento das Trinas do Mocambo: subsídios para o seu estudo" in *Artis On*, n.º 3, 2016, pp. 71-80.

[**ESPIRITO SANTO**], H. R. do E. S., *Jaculatórias ao Menino Jesus dos Atribulados feitos pelo Abecedário, pedindo-lhe o nosso adorador regente o Sr. D. Miguel*, Lisboa, Imprensa Régia, 1828.

Gazeta de Lisboa, n.º 272, 18 de novembro de 1826.

ISIDRO, Susana Patrícia Correia, *O "Laboratório" de André Gonçalves e os programas de pintura do barroco quinto-joanino*, vol. 1, dissertação de mestrado em Arte, Património e Restauro apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2014.

LIMA, Durval Pires de, *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, vol. 2, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1972.

MATOSO, José (dir.), *História de Portugal*, vol. 5, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

MEDINA, João, *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, vol. 8, Alfragide, Ediclube, 1998.

SÃO JOSÉ, Frei Jerónimo de, *História Chronológica da Esclarecida Ordem da Santíssima Trindade*, vol. 2, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1794.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vols. 7 e 8, Lisboa, Editorial Verbo, 1984-1988.

SERRÃO, Joel, **MARQUES**, A. H., *Nova História de Portugal*, vol. 9, Lisboa, Presença, 2002.

SILVA, L. A. Rebelo da, *A Mocidade de D. João V*, 3.ª ed., vol. 3, Porto, Livraria Internacional de Ernesto Chardron, 1889.

SIMÕES, João Miguel, *O Convento das Trinas do Mocambo, Estudo Histórico-Artístico*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 2004.

Idem, "Os itinerários da Terra Santa: testemunhos materiais dos percursos entre o Oriente e a Europa nas coleções do Museu de São Roque", in **MORNA**, Teresa Freitas (Coord.), *Arte Oriental nas Coleções do Museu de São Roque*, Lisboa, Museu de São Roque / Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2010, pp. 74-89.

Idem, *Histórias da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa no Feminino. Uma primeira abordagem*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 2025.

SOBRAL, Luis de Moura (coord.), *Bento Coelho 1620-1708 e a Cultura do seu Tempo*, Lisboa, Ministério da Cultura / Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998.

TAVELLA, Mario, "Additions to the "oeuvre" of Francesco Abbiati" in *Furniture History*, vol. 38, 2002, pp. 97-107.

TEIXEIRA, Maria Francisca Assis, *O Convento das Trinas, separata dos Anais do Instituto Hidrográfico*, Lisboa, Instituto Hidrográfico, 1990.

BIBLIOGRAFIA ONLINE

BARDELLI, Andrea; **CARBONE**, Manuela S., "Francesco Abbiati, ebanista neoclássico lombardo. Poposta di un catalogo aggiornato" in *Antiqua nuova Serie*, disponível em <https://www.antiquanuovaserie.it/francesco-abbiati-ebanista-neoclassico-lombardo/>

SOUSA, Moizes Sobreira de, "Catálogo da Biblioteca da Rainha D. Carlota Joaquina" in *História (São Paulo)*, v. 38, 2019, disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2019007>

Em 1817, numa Lisboa ainda a recuperar das invasões francesas, uma órfã do Recolhimento da Rua da Rosa ficou curada da sua paralisia, atribuindo-se o facto a uma pintura existente no convento das Trinas do Mocambo representando o Menino Jesus chamado “dos Atribulados”.

O milagre foi testemunhado por diversas pessoas, incluindo o médico que a assistia, ganhando grande difusão. As freiras trinas adquiriram o privilégio de produção exclusiva das pagelas, mas havia um comércio clandestino que incluía a impressão sobre tecidos para amuletos destinados às crianças expostas na roda da Misericórdia.

A devoção parece ter sido feminina, popular e circunscrita à primeira metade do século XIX, quando os tempos políticos e sociais foram, de facto, “atribulados”.

Além das pagelas e amuletos, a pintura original foi convertida, também, em esculturas de vulto para uso em oratórios particulares, semelhantes ao exemplar oferecido, em 2009, ao Museu de São Roque, e que motivou a presente investigação.